GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

Governo primeiro decidiu solução modular e só depois pediu parecer da Comissão de Catástrofe, conclui PS/Açores

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores concluiu hoje, que a decisão do Governo Regional de instalar um hospital modular no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), após o incêndio, não foi precedida de qualquer parecer técnico por parte da Comissão de Catástrofe, nem de outras entidades com responsabilidade formal na avaliação da situação.

"Ficou claro, através da audição da equipa Coordenadora da Comissão de Catástrofe, que a sua sugestão de opção pelo hospital modular foi posterior à decisão do Governo Regional. A opção foi imposta de cima para baixo, sem consulta nem fundamentação técnica validada", criticou a deputada Marlene Damião.

A socialista considerou da maior gravidade que o Governo continue a afirmar publicamente que esta decisão teve por base pareceres técnicos, quando se confirma que não houve qualquer documento emitido pela Ordem dos Médicos, pela Ordem dos Enfermeiros, pelo Serviço de Instalações e Equipamentos (SIE) ou pela própria Comissão de Catástrofe.

"A verdade é que, a esta data, ninguém nos consegue dizer quem decidiu e não foi identificada uma única entidade técnica que tenha emitido um parecer prévio que sustentasse a tomada desta decisão", afirmou a deputada.

Acresce ainda que, segundo foi revelado, o relatório do SIE - que apontava para a viabilidade de recuperação do hospital até ao final de agosto de 2023 - foi entregue ao Conselho de Administração, mas nunca foi do conhecimento da Coordenação da Comissão de Catástrofe.

Apesar de todas estas falhas, o PS/Açores faz questão de reconhecer o trabalho exemplar da Comissão de Catástrofe no momento da evacuação do HDES, garantindo a segurança de utentes e profissionais de saúde, sem registo de perdas humanas ou intercorrências médicas - uma demonstração clara de competência e compromisso.

"A conclusão que fica desta audição é clara: primeiro decidiram e só depois procuraram justificar uma decisão que já estava tomada. O Grupo Parlamentar do PS/Açores exige que o Governo Regional venha a público esclarecer quem assumiu esta decisão e por que motivo o fez à margem de qualquer parecer técnico credível.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9901-858 Horta
Tel. **292 207 640** · Fax **292 391 086** · email **gpps@alra.pt**
www.psacores.pt · www.jsacores.pt

A falta de transparência e de responsabilidade política nesta matéria é inaceitável", concluiu Marlene Damião.

Ponta Delgada, 09 de maio de 2025

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9901-858 Horta
Tel. **292 207 640** · Fax **292 391 086** · email **gpps@alra.pt**
www.psacores.pt · www.jsacores.pt